

Migrações na Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG): análise a partir do censo demográfico de 2010

***Migration in the Campina Grande Metropolitan Region (RMCG): analysis based
on the 2010 demographic census***

Weyne Saraiva Bezerra Neto 

Bacharel em Ciências Econômicas
Universidade Regional do Cariri (URCA), Brasil
weyne.bezerra@urca.br

Silvana Nunes de Queiroz 

Docente do Departamento de Economia
Universidade Regional do Cariri (URCA), Brasil
silvana.queiroz@urca.br

Ricardo Monteiro de Carvalho 

Doutorando em Demografia (PPGDEM)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil
ricardo.monteiro.011@ufrn.edu.br

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar os fluxos migratórios da e para a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), no quinquênio de 2005-2010, considerando três categorias - inter-regional (longa distância), intrarregional (média distância) e intraestadual (curta distância) - e investigar sua relação com a atratividade migratória positiva, um fator essencial para a consolidação de uma região metropolitana. Embora existam estudos sobre migrações em Regiões Metropolitanas do interior do Nordeste, pouco ou nada se sabe sobre a dinâmica migratória na RMCG. Para alcançar tal objetivo, os microdados do Censo Demográfico de 2010, fornecidos pelo IBGE, são a principal fonte de informações. Os principais resultados mostram que o município de Queimadas foi o mais atrativo, apresentando saldo migratório positivo em todos os fluxos, especialmente no intraestadual (curta distância). Diante desse cenário e do saldo migratório negativo da RMCG nos três fluxos, principalmente no de longa distância (inter-regional), observa-se que a região não apresenta características típicas de uma metrópole consolidada. Isso sugere que sua institucionalização pode não ter sido fruto de um planejamento estratégico, mas sim de interesses políticos.



<https://doi.org/10.28998/contegeo.11i.25.18980>

Artigo publicado sob a Licença Creative Commons 4.0

Submetido em: 23/12/2024

Aceito em: 24/02/2026

Publicado: 09/03/2026

e-Location: 18980

Palavras-chave: Migração; Região Metropolitana; Campina Grande; Saldo Migratório; Institucionalização.

Abstract

The objective of this study is to analyze the migration flows to and from the Metropolitan Region of Campina Grande (RMCG) in the five-year period 2005-2010, considering three categories - interregional (long distance), intraregional (medium distance) and intrastate (short distance) - and to investigate their relationship with positive migration attractiveness, an essential factor for the consolidation of a metropolitan region. Although there are studies on migration in Metropolitan Regions in the interior of the Northeast, little or nothing is known about the migration dynamics in the RMCG. To achieve this objective, the microdata from the 2010 Demographic Census, provided by IBGE, are the main source of information. The main results show that the municipality of Queimadas was the most attractive, presenting a positive migration balance in all flows, especially in the intrastate (short distance) flow. Given this scenario and the negative migration balance of the RMCG in the three flows, especially long-distance (inter-regional), it is observed that the region does not present typical characteristics of a consolidated metropolis. This suggests that its institutionalization may not have been the result of strategic planning, but rather of political interests.

Keywords: Migration; Metropolitan Region; Campina Grande; Migration Balance; Institutionalization.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir da segunda metade do século XX, justificado principalmente pelo processo de industrialização, as migrações foram caracterizadas por transferências populacionais de natureza interestadual (longa distância), com prevalência dos fluxos para o Sudeste, resultando em concentração populacional. No entanto, já nos anos de 1980, com o processo de desconcentração das atividades econômicas, esses tipos de deslocamentos passam por um processo de arrefecimento, reduzindo as transferências populacionais de longa distância (Baeninger, 2011).

Outro fator que pode ter influenciado na modificação da dinâmica migratória pode estar associado as novas legislaturas provenientes na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que descentralizou a criação de Regiões Metropolitanas da União, transferindo a responsabilidade para as Unidades Federativas. Assim sendo, a partir do Art. 25 e § 3º, passou a ser facultado aos Estados estabelecerem os critérios mínimos para justificar a criação de novas RMs ou alterar a composição das já existentes (Brasil, 1988; Firkowski, 2013).

Rodrigues e Silva, Marcos da Silva e Miranda (2018) apontam que em 2010 existiam 36 Regiões Metropolitanas instituídas no Brasil. Por sua vez, o estado da Paraíba possuía somente duas, as de João Pessoa (RMJP) e a de Campina Grande (RMCG), mas a partir de 2012, seguindo a tendência nacional, o volume de projetos de lei para a formação de novas metrópoles cresceu significativamente, fazendo com que o estado contemple 12 Regiões Metropolitanas, no qual muitas delas foram instituídas sem critérios. Portanto, dos 223 municípios paraibanos, mais da metade, 151 ou 67,71% fazem parte de uma RM.

Diante disso, especificamente em 2009 e a partir da Lei Complementar nº 92 do mesmo ano, foi criada a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), alvo deste estudo, no qual inicialmente contou com 23 municípios: Alagoa Nova, Areial, Aroeiras, Barra de Santana, Boa Vista, Boqueirão, Caturité, Esperança, Fagundes, Gado Bravo, Ingá, Itatuba, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Pocinhos, Puxinanã, Queimadas, Riachão de Bacamarte, São Sebastião da Lagoa de Roça, Serra Redonda, além do núcleo metropolitano Campina Grande (Paraíba, 2009).

Contudo, a metrópole passou por três alterações em sua composição. A primeira, através da Lei Complementar nº 98, de 2010, no qual introduziu os municípios de Alcantil, Natuba, Remígio, Santa Cecília e Umbuzeiro. Por sua vez, a segunda modificação veio pela Lei Complementar nº 106, de 2012, onde a partir da instituição da Região Metropolitana de Esperança (RME), sete municípios foram excluídos, sendo eles: Alagoa Nova, Areial, Esperança, Montadas, Pocinhos, Remígio e São Sebastião da Lagoa da Roça. Por fim, a terceira mudança se deu a partir da Lei Complementar nº 118, de 2013, que criou a Região Metropolitana de Itabaiana (RMI), reduzindo 2 (dois) municípios: Ingá e Riachão do Bacamarte. Portanto, atualmente, conta 19 municípios integrantes (Paraíba, 2010; 2012; 2013).

Nesse contexto, em anos recentes contata-se uma literatura sobre migrações nas Regiões Metropolitanas localizadas no interior do Nordeste, precisamente a Região Metropolitana de Feira de Santana (Carvalho e Queiroz, 2024) e a RM Cariri (Santos, Queiroz e Carvalho, 2024), no entanto, pouco ou nada se sabe sobre a dinâmica migratória na RMCG. Diante disso, este estudo tem como principal objetivo analisar os fluxos migratórios da e para a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), no quinquênio de 2005-2010, considerando três categorias - inter-regional (longa distância), intrarregional (média distância) e intraestadual (curta distância) - e investigar

sua relação com a atratividade migratória, um fator essencial para a consolidação de uma região metropolitana. Para isso, utilizam-se os microdados do Censo Demográfico de 2010 como principal fonte de informação, uma vez que, até o momento, os microdados do Censo 2022 com variáveis migratórias ainda não foram disponibilizados.

Além desta introdução, o estudo conta com mais quatro seções. A segunda, brevemente, descreve o processo de institucionalização da RMCG. A terceira mostra os procedimentos metodológicos. A quarta apresenta os resultados e discute os achados. Por último, a quinta seção trata das considerações finais.

METRÓPOLES BRASILEIRAS E O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINA GRANDE: BREVES CONSIDERAÇÕES

Em 1973, a partir da Lei Complementar Nº 14 do mesmo ano, são criadas as primeiras Regiões Metropolitanas no Brasil, sendo as de São Paulo (RMSP), Belo Horizonte (RMBH), Porto Alegre (RMPA), Curitiba (RMC), Salvador (RMS), Recife (RMR), Fortaleza (RMF) e Belém, enquanto a do Rio de Janeiro (RMRJ) foi instituída no ano seguinte, em 1974. Em um cenário que apontava para a tendência de concentração econômica e populacional, o principal objetivo era organizar uma intensa relação entre as unidades político-administrativas em todo o território nacional (Barreto, 2012).

Até então a responsabilidade para instituir uma RM era da União e por isso, até os anos de 1990, o Brasil contava somente com as RMs iniciais (Braga; Matos, 2017). Contudo, a partir da Constituição Federal de 1988, através do Art. 25 e § 3º, passou a ser de competência das Unidades Federativas a criação e gestão de novas Regiões Metropolitanas (Bernardes; Melo, 2021). O resultado disso foi uma proliferação, resultando, até 2019, em 74 instituições, sendo a maioria no Nordeste (Bezerra Neto; Queiroz, 2020).

Diante da autonomia dos Estados, a definição ou os critérios necessários para a instituir uma Região Metropolitana passou a sofrer divergências, devido à falta de clareza ou método para sua criação (Santos Filho, 2018). Dessa forma, sem o estabelecimento mínimo de critérios, muitas Regiões Metropolitanas foram instituídas no país (Moreira; Guimarães, 2015). Contudo, Firkowski (2012) afirma que estabelecer critérios sobre a criação de uma RM possibilita e prevalece a discussão técnica, excluindo ou diminuindo a interferência e vontade de interesses de grupos diversos ou de políticos.

Assim sendo, a literatura aponta algumas definições para Região Metropolitana, como a de Guimarães (2004), onde para o autor trata-se de um espaço notadamente urbano e com alta densidade demográfica, formando um pólo de diversas atividades econômicas, seja público privado. Por sua vez, Soares (2015), define Região Metropolitana sendo um território com considerada conurbação urbana, forte densidade demográfica, tendo uma cidade-pólo, com alto grau de diversidade, apresentando intensa integração socioeconômica.

Já Mencio e Zioni (2017), com base no Estatuto da Metrópole, apontam que o termo conurbação foi substituído por aglomeração, assim sendo, conceituam Região Metropolitana como a existência de uma unidade territorial composta por pelo menos dois municípios limítrofes, marcada por uma complexa interação das dinâmicas geográficas, políticas, ambientais e socioeconômicas.

Para Oliveira, (2019), uma Região Metropolitana é um território instituído por lei complementar estadual, sendo caracterizada pela composição de vários municípios limítrofes, formando uma considerada grande região urbana, resultante de diversos processos de natureza política, social e econômica, cujo principal objetivo é a organização, integração, planejamento e o desempenho de políticas públicas de interesse em comum.

Moreira e Guimarães (2015) apontam que uma Região Metropolitana é formada por um agrupamento de municípios próximos que integrem, organizem, planejem e executem funções e atividades públicas de interesses em comum, a fim de atender as demandas urbanas de forma conjunta e eficiente, levando em consideração os fatores sociais e econômicos dos municípios que a compõem.

De acordo com o Estatuto da Metrópole (Brasil, 2015), Região Metropolitana é uma aglomeração urbana que caracterize uma metrópole, onde:

espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (Brasil, 2015, p. 1).

Neste cenário de explosão de Regiões Metropolitanas, Bezerra Neto, Queiroz e Carvalho (2024) apontam que a região Nordeste do Brasil, em 2021, contava com 31 Regiões Metropolitanas instituídas, sendo 8 nas capitais e 23 no interior. Das Regiões Metropolitanas no Interior do Nordeste (RMINEs), 1 (uma) estava situada no

Maranhão, 1 (uma) na Bahia, 2 (duas) no Ceará, 8 (oito) em Alagoas e 11 (onze) na Paraíba, sendo o estado com maior número na região Nordeste e o segundo do país.

O Quadro 1 apresenta as RMs no interior da Paraíba, suas Leis Complementares, quantidade de municípios e população em 2010. Dessa forma, nota-se que 2013 é caracterizado pelo ano com maior número de criação de Leis Complementares, 4 (quatro) no total, em 2011 e 2012 tiveram 3 (três) cada, enquanto 2009 apenas 1 (uma). Em termos populacionais, a mais importa é a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), que em 2010 tinha um contingente de 564.998 habitantes. Além disso, com exceção desta, as demais apresentam baixo contingente populacional, que de acordo com Barreto (2012), é um dos critérios relevantes para justificar a criação de uma RM.

Oliveira (2019), ao averiguar todas as Regiões Metropolitanas da Paraíba, destacou que em sua maioria são de natureza rural, inclusive o núcleo metropolitano, como é o caso da Região Metropolitana de Araruna (RMA). Além disso, as RMs de Araruna, Barra de Santa Rosa, Itabaiana e Piancó tem sua economia notadamente primária e a sua principal fonte de emprego é concentrado no setor de serviços, essencialmente o público, através dos governos municipais e estadual, no qual se mostram dependentes de verbas do próprio Estado e União. Além disso, os núcleos metropolitanos de tais metrópoles apresentam baixos índices, no que se refere a renda e longevidade, que são características marcantes em cidades-pólo.

Quadro 1 – Regiões Metropolitanas no interior da Paraíba, Lei Complemente, número de municípios e população em 2010

Região Metropolitana (RM)	Lei Complementar	Nº de municípios	População (2010)
Araruna	119/2013	6	64.572
Barra de Santa Rosa	14/2011	8	59.196
Cajazeiras	107/2012	15	149.770
Campina Grande	92/2009	23	564.998
Esperança	106/2012	9	134.085
Guarabira	102/2011	17	244.351
Itabaiana	118/2013	12	120.016
Patos	103/2011	24	219.738
Sousa	117/2013	9	112.217
Vale do Mamanguape	116/2013	9	113.446
Vale do Piancó	26/2012	17	134.145

Fonte: Elaboração própria a partir das Leis Complementares de 2009 a 2013. Microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

Neste contexto, Rodrigues e Silva, Marcos da Silva e Miranda (2018) comentam que a institucionalização de RMs no estado paraibano vem sendo criadas sem critérios claros ou justificativas pertinentes, sendo mais próximo de arranjos institucionais. Além disso, apontam que ainda há muito o que se discutir no tocante a questão metropolitana.

METODOLOGIA

Recorte espacial, temporal, fonte de dados e tratamento das informações

A área deste estudo é a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), localizada no estado da Paraíba, situado no Nordeste brasileiro. É composta por 19 municípios (Alcantil, Aroeiras, Barra de Santana, Boa Vista, Boqueirão, Campina Grande, Caturité, Fagundes, Gado Bravo, Itatuba, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Natuba, Puxinanã, Queimadas, Santa Cecília, Serra Redonda e Umbuzeiro), e em 2010 tinha uma população de 606.407 habitantes.

Figura 1 – Localização da Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG)



Fonte: Malhas territoriais (IBGE, 2021).

Quanto ao recorte temporal, contempla o ano de 2010, sendo os microdados do Censo Demográfico do mesmo ano, captados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a principal fonte de dados. Isto porque, até a presente data, os microdados sobre migrações no Censo Demográfico 2022 não foram divulgados. No tratamento dos dados foram utilizados os softwares Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), para os cálculos relacionados às migrações; Microsoft Excel para a elaboração/formatação de tabelas e gráficos; e o QGIS para a geração das representações cartográficas.

Definições adotadas no estudo

Núcleo metropolitano – cidade-polo da RMCG (Campina Grande);

Entorno metropolitano – municípios que fazem parte da RMCG, exclusive a cidade-polo (Campina Grande);

Migrante Inter-regional – Indivíduo com cinco anos ou mais de idade que, na data de referência do Censo Demográfico, residia em um dos municípios RMCG, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do levantamento) morava em outro município de outra grande região (Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) do Brasil;

Migrante Intrarregional – Indivíduo com cinco anos ou mais de idade que, na data de referência do Censo Demográfico, residia em um dos municípios da RMCG, mas uma data fixa (exatamente cinco anos antes do levantamento), morava em outro município da mesma região (Nordeste);

Migrante Intraestadual – Indivíduo com cinco anos ou mais de idade que, na data de referência da Censo Demográfico, residia em um dos municípios da RMCG, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do levantamento) morava em outro município do estado da Paraíba.

Indicadores de migração

Para o cálculo do volume migratório foi utilizada a Matriz Migratória que consegue captar o total de imigrantes (I) e de emigrantes (E), ou seja, pares de origem–destino, nos fluxos inter-regional (longa distância), intrarregional (média distância) e intraestadual (curta distância). A matriz foi construída a partir da tabulação

cruzada entre as variáveis “município de residência em 31 de julho de 2005”, que representa a localidade de residência na data-fixa, e o “código do município”, correspondente ao município de residência atual do indivíduo no momento da coleta. A Matriz Migratória é sintetizada da seguinte forma:

$$A = \begin{bmatrix} a_{11} & \dots & a_{1j} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ a_{j1} & \dots & a_{jj} \end{bmatrix} \quad (1)$$

Onde:

a_{ij} = corresponde a saída do migrante da área i para a j ;

$\sum_{j=1}^{19} a_{ij}$: total de pessoas que emigraram (saíram) das áreas i para j ;

$\sum_{i=1}^{19} a_{ij}$: total de pessoas que imigraram (chegaram) das áreas i para j ;

$a_{11} = a_{22} = a_{33} \dots a_{jj} = 0$

A partir dos quantitativos de Imigração (I) e Emigração (E) podem ser derivados outros indicadores, como a Migração Bruta (MB), que apesar de sua simplicidade, mensura a magnitude migratória em um determinado período, pois corresponde ao somatório das imigrações e emigrações, conforme apresentado a seguir:

$$MB = I + E \quad (2)$$

O Saldo Migratório (SM) é um dos indicadores mais relevantes nos estudos de migração, pois mensura o crescimento ou a redução populacional de um determinado espaço. O Saldo Migratório (SM) é mensurado a partir da diferença entre o total de Imigração (I) e o total de Emigração (E):

$$SM = I - E \quad (3)$$

Tendo em vista que o uso isolado dos volumes de entrada e saída, ou seja, Imigração (I) e Emigração (E), não é suficiente para avaliar a complexidade dos fluxos migratórios, recorre-se a um indicador complementar: o Índice de Eficácia Migratória (IEM). Esse indicador busca mensurar a capacidade de absorção ou expulsão de um determinado território e é calculado pela razão entre o Saldo Migratório (SM) e a Migração Bruta (MB):

$$IEM = \frac{\text{Saldo Migratório}}{\text{Migração Bruta}} \quad (4)$$

O IEM varia entre -1 e 1, significando que quanto mais próximo de -1, indica ser área de perda populacional, enquanto valores próximos de 1 significa área de retenção ou atratividade migratória e, por fim, achados em torno de zero apontam para área de rotatividade migratória, com volume de imigrantes e emigrantes parecidos.

- a) -1 a -0,13: área de perda migratória;
- b) -0,12 a 0,12: área de rotatividade migratória;
- c) 0,13 a 1: área de retenção migratória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção tem como objetivo descrever a dinâmica migratória da e para a RMCG, a partir dos fluxos inter-regional (longa distância), intrarregional (média distância) e intraestadual (curta distância), entre o quinquênio de 2005/2010, a fim de identificar a situação da metrópole no que concerne a atração ou perda migrantes e, com isso, averiguar o seu papel na distribuição espacial da população.

Diante disso, a Tabela 1 sintetiza tal dinâmica, apontando que 83.679 indivíduos praticaram movimentos migratórios na RMCG nos três fluxos em estudo (inter-regional, intrarregional e intraestadual), sendo que cerca de 38 mil foram imigrantes, ou seja, chegaram à metrópole, enquanto a maioria, mais de 45 mil deixaram e, por consequência disso, o saldo migratório despontou negativo (-6.919).

Tabela 1 – Migração inter-regional, intrarregional e intraestadual da e para a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG) – 2005/2010

Fluxo migratório	Imigração	Emigração	Saldo migratório	Migração bruta
Inter-regional	7.230	10.541	-3.311	17.771
Intrarregional	6.563	7.232	-669	13.795
Intraestadual	24.587	27.526	-2.939	52.113
Total RMCG	38.380	45.299	-6.919	83.679

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

Ao observar a migração bruta por fluxo, fica evidenciando que os deslocamentos de curta distância (intraestadual) prevalecem da e para a RMCG, sendo responsável por aproximadamente 62% ou 52.113 de toda a migração na

metrópole. A migração inter-regional (longa distância) aparece em seguida (21,23% ou 17.771), contatando as perdas populacionais para fora da região nordestina. Por último, o fluxo de média distância (intrarregional) é o menos praticado (16,48% ou 13.795). De acordo com Queiroz et al. (2020), em geral, os migrantes têm optado cada vez mais por se deslocar dentro do próprio estado, exercendo papel fundamental na dinâmica migratória em suas Unidades Federativas.

O fluxo inter-regional (longa distância)

Para averiguar com mais detalhes a dinâmica migratória na RMCG referente ao fluxo de longa distância (inter-regional), a Tabela 2 apresenta que mais de 17.000 praticaram migração, envolvendo 7.230 imigrantes contra uma emigração de 10.541 pessoas, que resulta em um saldo negativo de 3.311 indivíduos.

Tabela 2 – Migração inter-regional da e para a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG) – 2005/2010

Municípios	Imigrações		Emigrações		Saldo migratório	Migração bruta
	Abs.	(%)	Abs.	(%)		
Alcantil	43	0,59	20	0,19	23	63
Aroeiras	254	3,51	674	6,39	-420	928
Barra de Santana	69	0,95	111	1,05	-42	180
Boa Vista	31	0,43	67	0,64	-36	98
Boqueirão	294	4,07	458	4,34	-164	752
Campina Grande	4.362	60,33	6.768	64,21	-2.406	11.130
Caturité	48	0,66	101	0,96	-53	149
Fagundes	213	2,95	321	3,05	-108	534
Gado Bravo	77	1,07	116	1,10	-39	193
Itatuba	96	1,33	173	1,64	-77	269
Lagoa Seca	207	2,86	459	4,35	-252	666
Massaranduba	196	2,71	80	0,76	116	276
Matinhas	16	0,22	7	0,07	9	23
Natuba	126	1,74	187	1,77	-61	313
Puxinanã	233	3,22	56	0,53	177	289
Queimadas	735	10,17	599	5,68	136	1.334
Santa Cecília	116	1,60	79	0,75	37	195
Serra Redonda	78	1,08	53	0,50	25	131
Umbuzeiro	36	0,50	212	2,01	-176	248
Total RMCG	7.230	100,00	10.541	100,00	-3.311	17.771

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

O município de Campina Grande, cidade-sede da metrópole, foi responsável pelo maior saldo negativo, com mais de -2.400 migrantes, seguido pelas localidades de Aroeiras

e Lagoa Seca, com -420 e -252, respectivamente. Dos 19 municípios, 12 encontram-se com saldo negativo, sendo que Puxinanã, Queimadas e Massaranduba destacam-se entre os que possuem saldo positivo, com 177, 136 e 116 pessoas, respectivamente. Com referência à migração bruta, Campina Grande apresenta os maiores valores, com 11.130, seguido de longe por Aroeiras e Queimadas, com 1.334 e 928, reciprocamente.

É importante ressaltar que embora tenha tido o maior volume em Migração Bruta, Campina Grande mostrou o maior saldo migratório negativo. Segundo Lucas e Rigotti (2016), isso é devido a redução da migração inter-regional da região nordestina como um todo, tendo em vista que desde a década de 1990, os volumes de migração deste fluxo vêm caindo, enquanto aumenta a migração de retorno para os estados do Nordeste (Silva; Nunes; Queiroz, 2018).

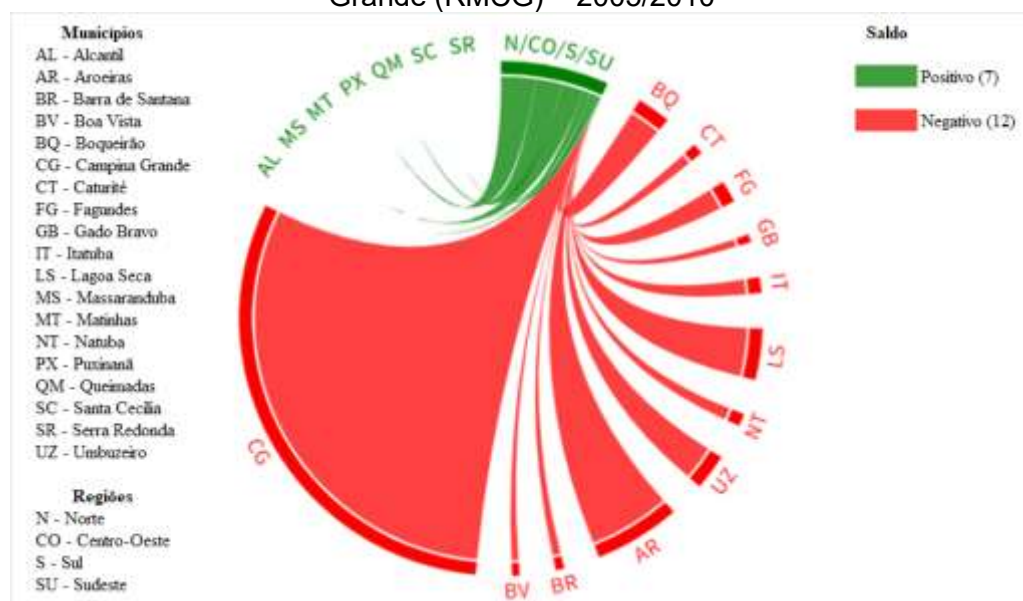
Os quantitativos dos saldos migratórios podem ser vistos de maneira mais dinâmica na Figura 2, no qual o diagrama de cordas evidencia a preponderância do saldo negativo (em vermelho, indicando a saída de emigrantes dos municípios da RMCG para as quatro grandes regiões do país) em detrimento do saldo positivo (em verde, indicando a entrada de imigrantes das quatro regiões do país). Desse modo, levando em consideração a análise de Mulíček et al. (2013), para identificar uma área como sendo uma região metropolitana, os fluxos migratórios positivos exprimem importante peso para tal qualificação, evidenciado em apenas 37% dos municípios que compõem a RMCG, o que não satisfaz de maneira geral a expectativa para uma RM de tamanho porte, mas apenas para um conjunto de sete, dos 19 municípios.

Os destinos dos migrantes que saem da Paraíba foi preferencialmente os estados do Sudeste. A razão pela qual municípios como Campina Grande e outros menores ainda presenciem saldos negativos está na perpetuação de movimentos migratórios que ocorriam desde a década de 1970, em busca de melhores condições de vida e trabalho, uma vez que toda a estruturação da sociedade estava voltada para o processo de concentração industrial e desenvolvimento comercial encontrando na região Sudeste, o que aparenta valer a pena percorrer todo esse trajeto (Moreno et al., 2016; Queiroz; Santos, 2011).

Em relação ao IEM, a partir da Figura 3 é possível levantar a contribuição de apenas um município como área de rotatividade, o de Queimadas, que teve relevante destaque tanto no saldo migratório quanto na migração bruta, considerando o mesmo

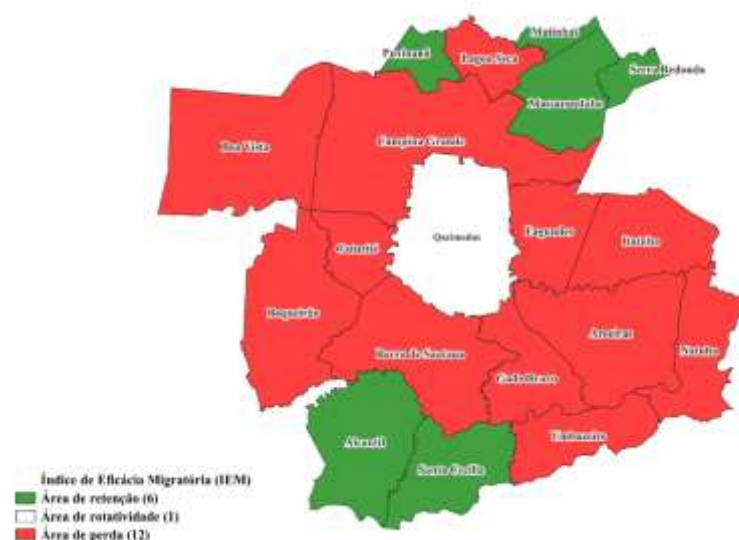
fluxo. Quanto à área de retenção, seis municípios compõem esse conjunto, valor que dobra quando é analisada a área de perda, marcando 12 municípios, inclusive tendo como um de seus elementos a cidade-sede (Campina Grande) da RMCG, ou seja, mais de 60% dos entes estão nessa situação.

Figura 2 – Saldo migratório inter-regional da e para a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG) – 2005/2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

Figura 3 – Índice de Eficácia Migratória (IEM) inter-regional da e para a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG) – 2005/2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

O fluxo intrarregional (média distância)

No que diz respeito aos deslocamentos de média distância, a Tabela 3 se encarrega de tornar claro os valores da migração intrarregional, ou seja, que ocorre no âmbito da região Nordeste. A partir disso, verifica-se que 13.795 pessoas formam o quantitativo total migrado dentro dessa dinâmica, contando com 6.563 que imigraram, enquanto 7.232 emigraram, o que resulta no saldo negativo de 669 pessoas.

Tabela 3 – Migração intrarregional da e para a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG) – 2005/2010

Municípios	Imigrações		Emigrações		Saldo migratório	Migração bruta
	Abs.	(%)	Abs.	(%)		
Alcantil	160	2,44	109	1,51	51	269
Aroeiras	173	2,64	128	1,77	45	301
Barra de Santana	28	0,43	108	1,49	-80	136
Boa Vista	39	0,59	0	0,00	39	39
Boqueirão	34	0,52	307	4,25	-273	341
Campina Grande	4.786	72,92	5.101	70,53	-315	9.887
Caturité	3	0,05	10	0,14	-7	13
Fagundes	41	0,62	0	0,00	41	41
Gado Bravo	58	0,88	37	0,51	21	95
Itatuba	58	0,88	20	0,28	38	78
Lagoa Seca	109	1,66	109	1,51	0	218
Massaranduba	25	0,38	12	0,17	13	37
Matinhas	1	0,02	43	0,59	-42	44
Natuba	252	3,84	171	2,36	81	423
Puxinanã	63	0,96	0	0,00	63	63
Queimadas	296	4,51	183	2,53	113	479
Santa Cecília	229	3,49	495	6,84	-266	724
Serra Redonda	9	0,14	36	0,50	-27	45
Umbuzeiro	199	3,03	363	5,02	-164	562
Total RMCG	6.563	100,00	7.232	100,00	-669	13.795

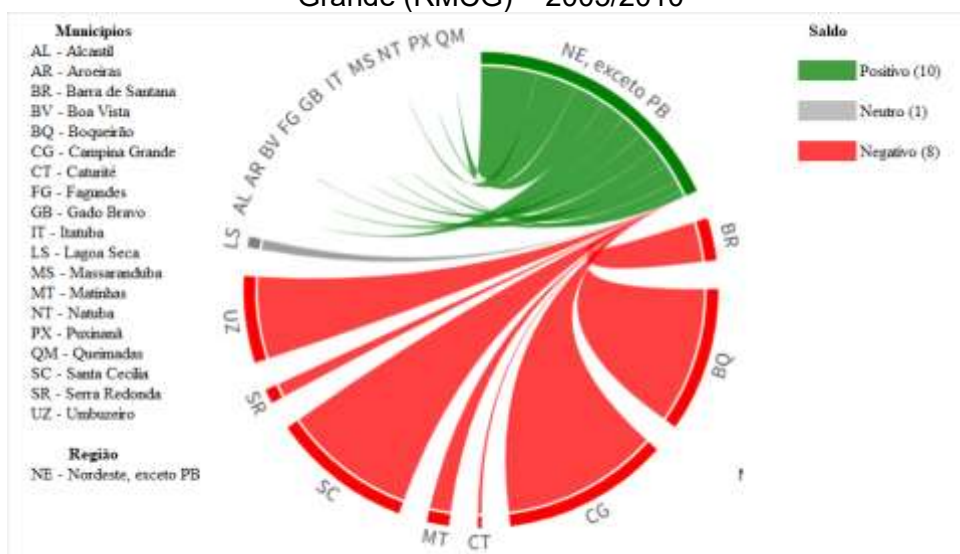
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

Novamente, Campina Grande coloca-se como a maior detentora do saldo migratório negativo, respondendo pela perda de 215 migrantes, logo seguida por Boqueirão e Santa Cecília, com quantitativos bem próximos, -273 e -266 migrantes, respectivamente. Por via contrária, os municípios de Queimadas, Natuna e Puxinanã destacam-se como os que mais ganham migrante, demonstrando saldo migratório positivo de 113, 81 e 63, reciprocamente. A novidade está no município de Lagoa Seca, que nem perdeu nem ganhou, permanecendo com um saldo migratório neutro.

Referente à migração bruta, o município de Campina Grande segue a mesma dinâmica do fluxo inter-regional, além de posicionado como maior saldo negativo, também mostra ser o que mais movimenta pessoas, atingindo a marca de 9.887 migrantes, de maneira que os municípios que mais se aproximam deste valor, mas de longe, são os de Santa Cecília (724) e Umbuzeiro (562).

Para Ríos (2014), o elemento que traz distintividade para o processo de metropolização de um espaço, e consequente notação de região metropolitana, está nos indícios de positividade dos fluxos migratórios, reforçando a ideia de Mulíček *et al.* (2013). Nesse sentido, a Figura 4, a partir do diagrama de cordas, demonstra uma preponderância dos municípios de saldo positivo (10) contra os de saldo negativo (8), diferente do observado na Figura 2 (fluxo inter-regional), entretanto, ainda não é suficiente para positivar o aglomerado geral, que se reflete como negativo, mas mostrando um certo grau de influência, ou melhor, de atratividade quando a escala geográfica é de média distância, precisamente na região Nordeste.

Figura 4 – Saldo migratório intrarregional da e para a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG) – 2005/2010

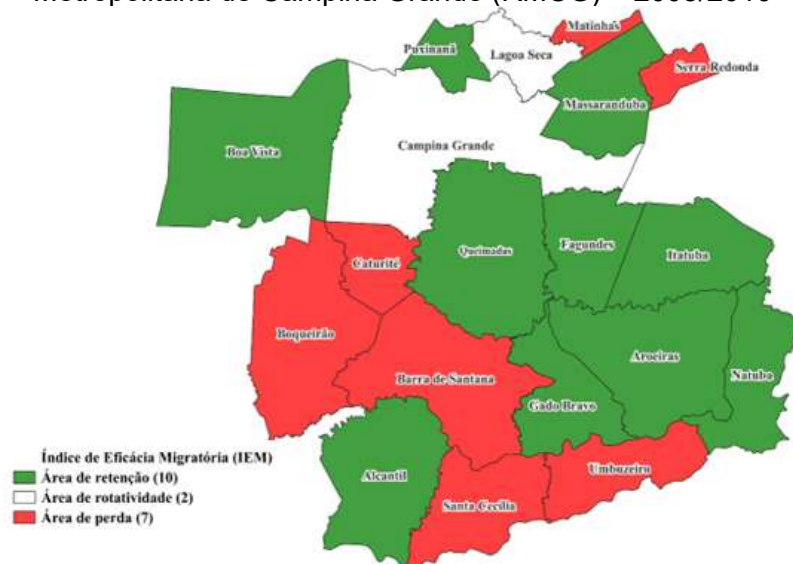


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

A Figura 5 verifica a contribuição dos municípios para o indicador do IEM, considerando o fluxo de média distância (intrarregional), mostrando situação que trouxe melhora, analogamente à positividade do saldo migratório, o que fez duplicar o número de áreas de rotatividade, não contando com o mesmo ente do fluxo passado, posições agora ocupadas por Campina Grande e Lagoa Seca. Na qualificação de área de retenção há uma melhora

significativa, com 10 municípios, o que fez decair o índice para a área de perda, contando com sete municípios, representativo de 37% do conjunto dos entes que compõem a RMCG.

Figura 5 – Índice de Eficácia Migratória (IEM) intrarregional da e para a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG) – 2005/2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

É nitidamente notável a diferença existente entre os saldos migratórios entre os fluxos inter-regional e intrarregional, como fora citado. Com isso, é importante destacar que o motivo pelo qual houve uma melhora no saldo de um cenário para o outro também tem características e implicação entre um fluxo e outro. Lucas e Rigotti (2016) destacam que o processo que desfavoreceu a migração de longa distância acabou por alavancar a migração de média distância, já que os fatores econômicos, políticos e sociais, que antes eram preponderantes para a decisão de migrar para longe, agora se mostram mais atrativos em localidades mais próximas.

Esse contexto pode ser notado através de um processo que trouxe melhora para o cenário econômico do Nordeste ao longo dos anos 2000 e, consequentemente, atração de investimentos privados, maiores gastos do governo federal e estadual, que implicou na geração de emprego e renda, além de políticas públicas e obras de infraestrutura, o que fez com que a busca por melhores condições de vida não estivesse apenas focada nas capitais ou centros metropolitanos, bem como em outras regiões do país, inclusive as localizadas no interior do Nordeste.

O fluxo intraestadual (curta distância)

Por fim, os quantitativos alusivos à migração intraestadual estão representados na Tabela 4, que aponta 52.113 pessoas percorrendo o fluxo citado, de curta distância, sendo que 24.587 decidiram imigrar para a RMCG, enquanto 27.526 tomaram a decisão de emigrar, situação que aponta um saldo negativo de 2.939 indivíduos.

Tabela 4 – Migração intraestadual da e para a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG) – 2005/2010

Municípios	Imigrações		Emigrações		Saldo migratório	Migração bruta
	Abs.	(%)	Abs.	(%)		
Alcantil	169	0,69	195	0,71	-26	364
Aroeiras	538	2,19	944	3,43	-406	1.482
Barra de Santana	305	1,24	673	2,44	-368	978
Boa Vista	575	2,34	238	0,86	337	813
Boqueirão	1.056	4,29	1.165	4,23	-109	2.221
Campina Grande	14.017	57,01	17.319	62,92	-3.302	31.336
Caturité	268	1,09	155	0,56	113	423
Fagundes	313	1,27	616	2,24	-303	929
Gado Bravo	263	1,07	327	1,19	-64	590
Itatuba	372	1,51	842	3,06	-470	1.214
Lagoa Seca	1.610	6,55	1.284	4,66	326	2.894
Massaranduba	764	3,11	413	1,50	351	1.177
Matinhas	147	0,60	177	0,64	-30	324
Natuba	155	0,63	239	0,87	-84	394
Puxinanã	909	3,70	697	2,53	212	1.606
Queimadas	2.463	10,02	1.474	5,35	989	3.937
Santa Cecília	176	0,72	132	0,48	44	308
Serra Redonda	320	1,30	408	1,48	-88	728
Umbuzeiro	167	0,68	228	0,83	-61	395
Total RMCG	24.587	100,00	27.526	100,00	-2.939	52.113

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

Tratando-se do saldo migratório, novamente o município de Campina Grande posiciona-se como o que mais contribui para o saldo negativo, com perda de 3.302 pessoas, acompanhado de longe por Itatuba (-470) e Aroeiras (-406). Sob outra perspectiva, estão os municípios que mais ganharam migrantes, com destaque para Queimadas, Massaranduba e Boa Vista, reportando 989, 351 e 337 indivíduos, respectivamente.

Singularmente, o município de Campina Grande conseguiu ser destaque em todos os fluxos com status negativo de saldo migratório, seja em nível nacional (-2.406), regional (-315) ou estadual (-3.302). Por outro prisma, o município de Matinhas

não alcança expressão dentro da RMCG, conservando movimentações baixas nos três fluxos: inter-regional (23), intrarregional (44) e intraestadual (324).

Pertinente aos dados de migração bruta, dois destaques perpetuam-se durante os fluxos relatados, o município de Campina Grande (em evidência nos fluxos de longa e média distância), com o maior resultado dos três fluxos, esbanjando 31.336 pessoas, aproximadamente 60% da totalidade analisada e o de Queimadas (em evidência no fluxo de longa distância), que praticamente triplicou o seu montante, atingindo a marca de 3.937 indivíduos. Por fim, o município de Lagoa Seca reporta a soma de 2.894 cidadãos.

A ação conjunta dos entes que compõem uma região metropolitana é fundamental para que o espaço em questão possa transcender e afetar a dinâmica de localidades próximas, como é o caso da análise intraestadual, seja em viés demográfico (pessoas) quanto em econômico (mercadorias, serviços e emprego), pois essas vertentes expressam as principais características norteadoras para a tomada de decisão sobre migrar (Moura et al., 2006).

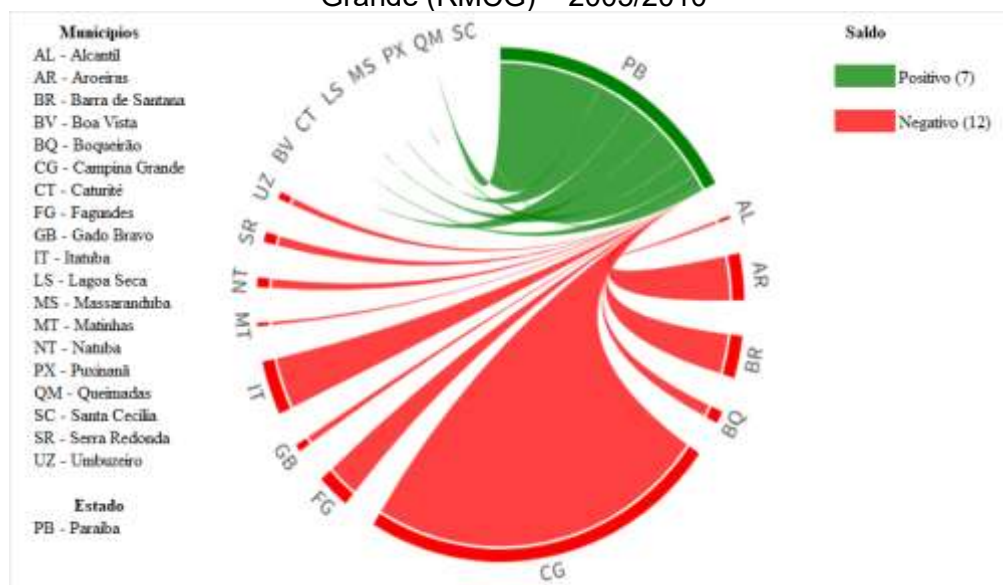
Complementarmente, o diagrama de cordas apresentado na Figura 6 versa sobre o aporte dos municípios para o saldo migratório intraestadual da RMCG, manifesta a preponderância daqueles de saldo negativo (12) sobre os de saldo positivo (7), o que contraria a melhora que se mostrou no fluxo intrarregional, mas que também seguiu a mesma linha traçada durante as duas últimas análises, a perpetuação do saldo negativo global da RMCG.

A perspectiva de a maior parte dos municípios serem de ordem negativa volta a marcar o saldo migratório da RMCG, agora diante do fluxo de curta distância (intraestadual), com resultados opostos aos encontrados para as RMs localizadas no interior do Nordeste, como é o caso da RM Cariri (Santos, Queiroz e Carvalho, 2024) e a RMFS (Carvalho e Queiroz, 2024).

Como se sabe, e de forma mais concisa, em distâncias menores, ao comparar com deslocamentos inter-regionais, a decisão de migrar ganha destaque quando se trata de diferenciais de características que estejam ligadas à sobrevivência, indicativos de um cenário de desemprego, subemprego e dificuldade de inserção no mercado de trabalho local (Dota, Queiroz, 2019), sendo assim, diferente da RM Cariri e RMFS, a RMCG não consegue ser atrativa nem no fluxo dentro do próprio estado (curta distância), estando em um patamar de perdas de migrantes, enquanto as outras RMs

em questão, apresentam saldo migratório positivo em tal fluxo, revelando o poder de atração que exercem no estado do Ceará e da Bahia, respectivamente.

Figura 6 – Saldo migratório intraestadual da e para a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG) – 2005/2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

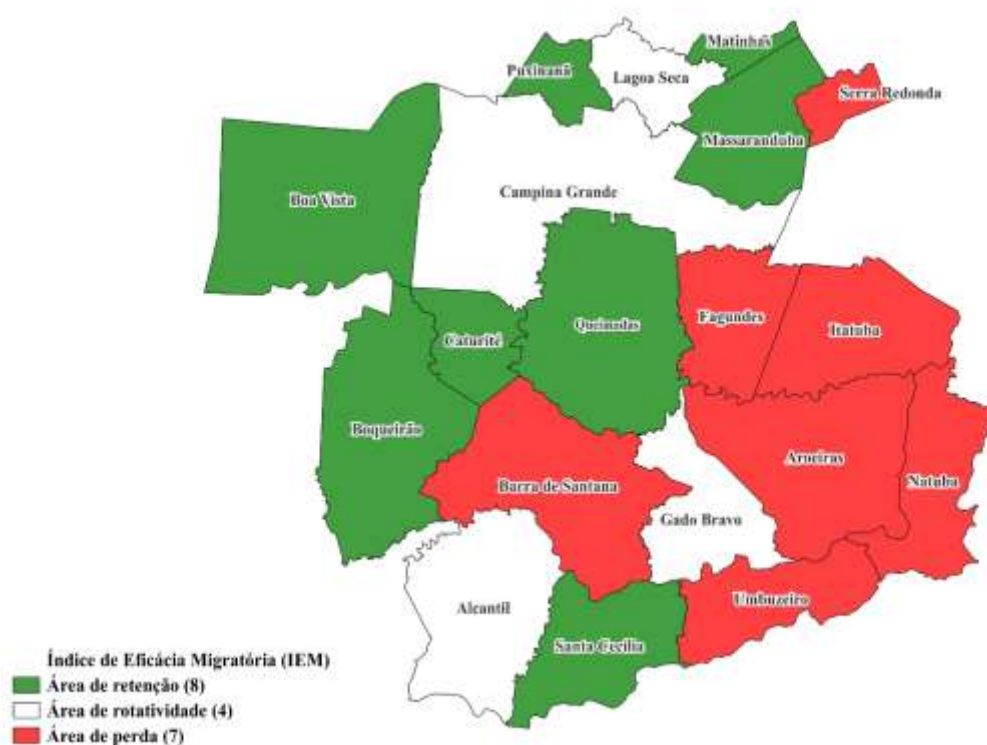
No cenário de fluxo de curta distância, a Figura 7 expõe que o indicador de IEM transparece uma nova melhora para a área de rotatividade, duplicando novamente o verificado anteriormente, adicionando os municípios de Gado Bravo e Alcantil, somando quatro entidades. Entre as áreas de retenção e perda, o contexto se equilibra, embora ainda dê preferência para a primeira, que reduziu sua quantia de 10 para 8 (oito), que foram justamente aqueles que ingressaram na categoria de Área de Rotatividade.

Enquanto isso, a área de perda segue com os mesmos 7 (sete) municípios em soma, mas não os idênticos do fluxo anterior (intrarregional), conservando apenas Barra de Santana, Serra Redonda e Umbuzeiro, de forma que os demais trocaram de categoria, antes qualificando-se como de Área de Retenção, como o caso de Aroeiras, Fagundes, Itatuba e Natuba. A troca ocorre à medida que tais municípios passam de saldo positivo (intrarregional) para saldo negativo (intraestadual) que, inclusive, teve como um dos maiores destaques negativos as localidades de Aroeiras e Itatuba.

O olhar panorâmico sobre a dinâmica migratória da RMCG ressalta, em nível nacional (fluxo de longa distância), uma deficiência no saldo migratório que ultrapassa os 3.300 indivíduos, de modo que 12 municípios colaboraram para tal feito. Apesar disso, a visão mais centrada na região nordestina (fluxo de média distância) expressou

uma relativa melhora nesse saldo, mas que ainda continua negativo (-669), além de trazer uma superioridade de municípios com saldo positivo (10). Entretanto, a piora no saldo migratório volta a ser destaque, quando se considera um cenário dentro do estado da Paraíba (fluxo de curta distância), manifestando significativo peso negativo migratório de 2.939 pessoas, reflexo de um quantitativo de 12 municípios dentro desse espectro deficitário. Então, ainda que não seja o cenário de mais positividade, o fluxo intrarregional é o que melhor ampara o referencial migratório, ainda que negativo, enquanto o cenário do fluxo inter-regional expressa o pior resultado.

Figura 7 – Índice de Eficácia Migratória (IEM) intraestadual da e para a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG) – 2005/2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

As evidências teóricas e metodológicas relatadas até aqui mostram o grau de enquadramento da RMCG no tocante à resposta sobre se qualificar ou não como uma região metropolitana, de acordo com o respaldo da teoria e metodologicamente, restando claro que a perspectiva migratória da RM em questão é insuficiente, seja em aspectos de saldo migratório negativo quanto na análise do IEM, muitas vezes sendo denominada como localidade que perde migrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs analisar a dinâmica migratória na Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG) durante o quinquênio de 2005/2010, tendo como principal objetivo averiguar sua relevância no tocante a atratividade ou perda de migrantes nos fluxos inter-regional (longa distância), intrarregional (média distância) e intraestadual (curta distância).

Além disso, foi apresentada uma breve revisão sobre o processo de institucionalização das Regiões Metropolitanas no Brasil, juntamente com algumas definições relevantes. Observou-se que após a transferência da responsabilidade para criação das RMs pelos estados, os critérios tornaram-se menos claros. No entanto, algumas características essenciais foram destacadas, como sendo um território com significativa conurbação, alta densidade demográfica, saldo migratório positivo e intensa interação socioeconômica.

No tocante à dinâmica migratória, tornou-se claro que a RMCG perde mais migrantes do que recebe, considerando os 3 (três) fluxos, inter-regional, intrarregional e intraestadual, marcando um saldo negativo de quase 7 (sete) mil pessoas, entre 2005/2010. Contudo, ficou evidente que Queimadas e Puxinanã se destacaram no quesito atratividade, uma vez que apresentaram saldos migratórios positivos nos 3 (três) tipos de deslocamento. Sob a perspectiva do Índice de Eficácia Migratória (IEM), relatou-se que, a depender do saldo migratório e dos fluxos observados, a quantidade de áreas de perda e rotatividade se alteram, entretanto, os resultados não são animadores, tendo em vista que em todos os fluxos analisados, as áreas de perdas mantêm-se superiores as de retenção ou rotatividade.

Portanto, tendo em vista a predominância de saldo migratório negativo na RM, com destaque para o núcleo metropolitano (Campina Grande), é difícil afirmar que a institucionalização da Região Metropolitana de Campina Grande esteve pautada em elementos demográficos, geográficos, econômico, sociais e do planejamento urbano, uma vez que a desarmonia entre os entes constitutivos priorizando o ente administrativo central, não revela elementos suficientes de dinamismo entre o núcleo metropolitano e o seu entorno, bem como a relativa discrepância na atratividade migratória, especialmente, em Campina Grande.

Além disso, destaca-se a importância de estudos futuros considerarem a relação entre as Regiões Metropolitanas instituídas e as Regiões Geográficas Imediatas (RGIs),

delimitadas pelo IBGE em 2017, a partir de critérios de integração funcional. Essa abordagem permitiria avaliar em que medida as RMs, como a de Campina Grande, se sobrepõem ou se distanciam de estruturas territoriais efetivamente articuladas, o que é fundamental para refletir sobre sua legitimidade e funcionalidade.

Espera-se que no futuro mais trabalhos nessa área possam elucidar a possível evolução do cenário nessa RM ou confirmar um possível interesse político que, se aproveitando de um embaraço legislativo, resolveu instituir a RMCG sem observar critérios objetivos (planejamento e gestão, por exemplo) pautados em estudos/pesquisas, ao invés de uma mera proximidade territorial.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana. Migração, migrações. **Ideias**, v. 2, n. 1, p. 31-41, 2011.

BARRETO, Ison Juliano. O surgimento de novas regiões metropolitanas no Brasil: uma discussão a respeito do caso de Sorocaba (SP). **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 1, 2012.

BERNARDES, Brenda Melo; MELO, Júlia Cerqueira. O processo de regionalização em Minas Gerais: breve abordagem sobre Região Metropolitana de Belo Horizonte, Região Metropolitana do Vale do Aço e projeto de lei complementar (PLC) 11/15 para instituição da Região Metropolitana de Montes Claros. **Geo UERJ**, n. 39, p. e37750-e37750, 2021.

BRAGA, Fernando Gomes; MATOS, Ralfo. Quem são os migrantes das metrópoles? Uma análise comparativa das pessoas que entraram e saíram das regiões metropolitanas brasileiras. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, p. 59-81, 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.089/2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, DOU, 2015.

BEZERRA NETO, Weyne Saraiva, QUEIROZ, Silvana Nunes de, CARVALHO, Ricardo Monteiro de. Perfil das Regiões Metropolitanas no Interior do Nordeste (RMINES). **In: Anais do IV Simpósio de Gestão de Cidades. Cidades na Encruzilhada: Construindo saídas para a crise urbana**, p. 166-183, 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Distrito Federal-DF, 1988.

CARVALHO, Ricardo Monteiro de; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Migrações da e para a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS). **CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (UESB)**, v. 21, p. 54-72, 2024.

DOTA, Ednelson Mariano; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Migração interna em tempos de crise no Brasil. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais (ANPUR)**, v. 21, p. 415-430, 2019.

FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini de Freitas. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões mas não são metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 122, p. 19-38, 2012.

GUIMARÃES, Nathália Arruda. Regiões metropolitanas: aspectos jurídicos. **Jus Navigandi, Teresina, ano**, v. 9, 2004.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. O estudo das metrópoles e regiões metropolitanas do Brasil: conciliação ou divórcio? p. 21-52, In. **Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. IPEA, Brasília-DF: IPEA, 2013.

FUSCO, Wilson. Regiões metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, p. 101-116, 2012.

LUCAS, Leonardo Azevedo Pampanelli; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Análise das migrações inter-regionais e intrarregionais nordestinas: novos paradigmas. **VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2016.

MENCIO, Mariana; ZIONI, SILVANA MARIA. ST 2 A caracterização das Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas pelo IBGE: Limites e Avanços do Estatuto da Metrópole. **In: Anais ENANPUR**, v. 17, n. 1, 2017.

MOREIRA, Danielle de Andrade; GUIMARÃES, Virgínia Totti. Regiões metropolitanas e funções públicas de interesse comum: o ordenamento territorial diante do Estatuto da Metrópole. **Revista de Direito da Cidade**, v. 7, n. 3, p. 1249-1269, 2015.

MORENO, Valdecir Teófilo; MOREIRA, Ivan Targino; QUEIROZ, Silvana Nunes. Fluxos migratórios paraibanos: síntese dos últimos 40 anos. **In: Anais do VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2016.

MOURA, Rosa; DIÓCLES, Libardi; BARION, Maria Isabel. Institucionalização de Regiões Metropolitanas: qual o sentido? **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 111, p.129-143, 2006.

MULÍČEK, Ondřej; SEIDENGLANZ, Daniel; FRANKE, Daniel; MALÝ, Jiří. **Vymezení funkčního území Brněnské metropolitní oblasti a Jihlavské sídelní aglomerace**, 2013.

PARAÍBA. **Lei Complementar nº 92, de 11 de dezembro de 2009**, João Pessoa-PB, 2009.

_____. **Lei Complementar nº 95, de 09 de julho de 2010**, João Pessoa-PB, 2010.

_____. **Lei Complementar nº 106, de 08 de junho de 2012**, João Pessoa-PB, 2012.

_____. **Lei Complementar nº 118, de 21 de janeiro de 2013**, João Pessoa-PB, 2013.

OLIVEIRA, Júlia Diniz de. **Gestão do território em regiões metropolitanas no estado da Paraíba**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2019.

QUEIROZ, Silvana Nunes; OJIMA, Ricardo; CAMPOS, Jarvis; FUSCO, Wilson. Migração em cidades médias do interior nordestino: a atração migratória como elemento distintivo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais - RBEUR**, São Paulo-SP, v. 22, p. 1-34, 2020.

QUEIROZ, Silvana Nunes de; SANTOS, José Márcio dos Santos. Saldos Migratórios: Uma Análise por Estados e Regiões do Brasil (1986-2006). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, n. 2, 2011.

RÍOS, Alberto Arellano. La definición jurídica del fenómeno metropolitano en el ámbito subnacional mexicano. **Opinión Jurídica**, v. 13, n. 26, p. 91-108, 2014.

RODRIGUES E SILVA, Caroline Medeiros; MARCOS DA SILVA, Emizael; MIRANDA, Livia Izabel de. Regiões metropolitanas da Paraíba: caracterização, implantação e processos de gestão. **Oculum Ensaios**, v. 15, n. 1, p. 129-148, 2018.

SANTOS FIHO, Cícero dos. **Regiões Metropolitanas de Alagoas: entre os motivos da institucionalização e a dinâmica de integração**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Maceió-AL, 2018.

SANTOS, Márcia. Silva dos; QUEIROZ, Silvana Nunes de; CARVALHO, Ricardo Monteiro de. Migrações na metrópole do interior cearense: o caso da Região Metropolitana do Cariri. **Geosul**, v. 39, p. 266-294, 2024.

SILVA, João Gomes da; NUNES, Erivelton de Sousa; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Brasil: migração inter-regional e intrarregional de retorno (1986/91, 1995/00 e 2005/10). **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 40, 2018.

SOARES, Paulo Roberto. Regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas? Contribuição para o debate no Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**, v. 36, n. 2, p. 323-342, 2015.